

Fluxos Migratórios

O PE aprovou o **aumento do orçamento** e do pessoal das três agências europeias diretamente implicadas **na resposta às pressões migratórias**: a **Frontex**, o Gabinete Europeu de Apoio em matéria de **Asilo** e a **Europol**.

ver pág. 3

Negociações TTIP

O Parlamento Europeu aprovou recomendações à Comissão para as atuais **negociações com os EUA** sobre a Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP, na sigla inglesa).

ver pág. 9

Leite e Embargo Russo

O PE aborda os desafios que se colocam ao **setor dos laticínios** após o fim das **quotas leiteiras**, a volatilidade dos preços, o impacto do embargo russo e a necessidade de prestar especial atenção às regiões ultraperiféricas, como os **Açores**.

ver pág. 4

em destaque:

Orçamento 2016 Relatório Fernandes

O Parlamento Europeu definiu as suas prioridades para as negociações com o Conselho de Ministros da UE sobre o orçamento comunitário para 2016. O relator da comissão parlamentar dos Orçamentos, **José Manuel Fernandes**, destaca a importância dos "**três E**" - **Emprego, Empresas e Empreendedorismo** - e da solidariedade interna e externa.

O Parlamento Europeu opõe-se a cortes no programa para a competitividade das empresas e das pequenas e médias empresas (COSME), defende a continuação da **Iniciativa para o Emprego dos Jovens** e reitera a necessidade de reduzir o atraso insustentável dos pagamentos de liquidação pendente relativos aos programas de coesão para um nível de cerca de 2 mil milhões de euros até ao final de 2016.

O relatório, aprovado por 422 votos a favor, 173 contra e 85 abstenções, define as linhas de negociação do Parlamento Europeu para os trólogos, que têm início em 14 de julho. As negociações continuam em setembro, tendo em vista chegar a um acordo que possa ser aprovado pelas instituições no final do ano.

O projeto de orçamento para 2016, apresentado pela Comissão Europeia em 27 de maio, totaliza **153,5 mil milhões de euros em dotações para autorizações** e 143,5 mil milhões de euros em dotações para pagamentos. O orçamento comunitário representa um pouco menos de 1% do rendimento nacional bruto da UE.

ver pág. 14

Índice

Parlamento Europeu aprova 69,7 milhões de euros para ajudar na gestão dos fluxos migratórios.....	3
Setor do leite: Parlamento Europeu defende novos instrumentos para fazer face ao fim das quotas e ao embargo russo.....	4
Eurodeputados propõem medidas para o setor das frutas e produtos hortícolas.....	7
TTIP: Parlamento Europeu aprova recomendações à Comissão para as negociações com os EUA.....	9
Parlamento Europeu quer que grandes empresas divulguem informações, país por país, sobre lucros, impostos e subsídios.....	12
Orçamento da UE para 2016: Parlamento Europeu aprova mandato para iniciar negociações com os EstadosMembros.....	14
Ambiente: Eurodeputados propõem medidas para aumentar eficiência na utilização dos recursos.....	16
Direitos de autor: Parlamento Europeu faz recomendações para adaptar as regras à era digital.....	20
Ordem do dia da sessão.....	22

Siglas dos Grupos Políticos:

PPE- Partido Popular Europeu
S&D- Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas
ALDE- Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa
Verdes/ALE- Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia
CRE- Conservadores e Reformistas Europeus
CEUE/EVN- Confederação da Esquerda Unitária Europeia / Esquerda Verde Nórdica
ELDD- Europa da Liberdade e da Democracia Directa
ENF- Europa das Nações e da Liberdade

Responsável: Fernando Vaz das Neves

Fontes:

- *Serviço de Imprensa do PE*
- *Serviço de Imprensa do GEPSD*
- *site www.carloscoelho.eu*

Parlamento Europeu aprova 69,7 milhões de euros para ajudar na gestão dos fluxos migratórios

O projeto de orçamento retificativo n.º 5/2015 tem por objetivo reforçar os recursos da UE para a gestão dos fluxos migratórios e de refugiados, na sequência das recentes tragédias no Mediterrâneo e do aumento da migração.

O projeto de orçamento retificativo apresentado pela Comissão em maio, com a Agenda Europeia para a Migração, propõe aumentar as dotações e o pessoal das três agências diretamente implicadas na resposta às pressões migratórias, bem como o financiamento do Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração e do Fundo para a Segurança Interna.

A agência europeia de gestão das fronteiras externas, Frontex, vai receber 26,8 milhões de euros adicionais em dotações para autorizações e pagamentos, que triplicam o orçamento afetado em 2015 às operações conjuntas coordenadas pela Frontex no Mediterrâneo, a Triton e a Poseidon.

O projeto de orçamento retificativo contempla 16 lugares suplementares para a Frontex, quatro lugares para o Gabinete Europeu de Apoio em matéria de Asilo (EASO) e três lugares para o Serviço Europeu de Polícia (Europol).

O aumento das dotações para autorizações é de 75,7 milhões de euros e o das dotações para pagamentos é no valor de 69,7 milhões de euros.

O aumento das dotações para pagamentos é integralmente reafetado a partir do programa Galileo (programa europeu de radionavegação e de posicionamento por satélite), dado que o procedimento de aquisição do terceiro lote de satélites, inicialmente previsto para 2015, está atualmente programado para o segundo trimestre de 2016.

Apesar de saudarem o empenho de todas as instituições europeias em aumentar as dotações orçamentais relacionadas com a migração e o asilo, os eurodeputados lamentam o montante limitado dos aumentos propostos no projeto de orçamento retificativo n.º 5/2015, *"que não correspondem às necessidades reais atendendo à crise que se vive neste momento no Mediterrâneo, e que irá provavelmente agravar-se, ao risco crescente de um aumento de refugiados da Ucrânia e à necessidade de dar resposta aos desafios migratórios em geral"*.

Os eurodeputados referem, além disso, que o projeto de orçamento retificativo não prevê dotações para pagamentos globais adicionais no orçamento de 2015, recorrendo apenas, mais uma vez, à reafetação de recursos já existentes.

Dada a urgência da situação, o Parlamento Europeu manifestou, no entanto, a sua disponibilidade para aprovar o projeto de orçamento retificativo o mais rapidamente possível, tal como apresentado pelo executivo comunitário.

A resolução foi aprovada por 592 votos a favor, 75 contra e 41 abstenções.

Intervenção de eurodeputados portugueses

Carlos Coelho (PPE) *"Este projecto de orçamento rectificativo n.º 5/2015 tem por objectivo reforçar os recursos da União para face à emergência humanitária e forte pressão migratória, na sequência das recentes tragédias no Mediterrâneo e do aumento da dimensão dos fluxos migratórios, combinando as necessidades imediatas, nomeadamente na FRONTEX e no EASO e no apoio aos países da linha da frente como a Grécia e a Itália."*

Reitero no entanto aqui as preocupações manifestadas tanto na Comissão LIBE como na Comissão Orçamento. Por um lado, esta dotação poderá não ser suficiente para a situação de emergência, por outro lado, certamente que o orçamento de 2016 deverá reflectir as medidas previstas na "Agenda para a Migração".

Por outro lado, saliento a urgência em obter da Comissão informação quanto às dotações atribuídas às operações Poseidon e Triton. Uma vez que a dotação é feita através da Frontex, a Comissão deverá esclarecer o montante exacto. Sobretudo quando se trata de salvar vidas, meias palavras não servem".

Setor do leite: Parlamento Europeu defende novos instrumentos para fazer face ao fim das quotas e ao embargo russo

Os desafios que se colocam ao setor dos laticínios após o fim das quotas leiteiras, em 31 de março, a volatilidade dos preços, o impacto do embargo russo e a necessidade de prestar especial atenção às regiões ultraperiféricas, como os Açores, são alguns dos assuntos abordados num relatório aprovado pelo Parlamento Europeu. A produção de leite é a principal atividade económica nos Açores, representando cerca de 46% da economia regional.

O Parlamento Europeu propõe que sejam atribuídos recursos adicionais ao programa POSEI (programa de opções específicas para fazer face ao afastamento e à insularidade), a fim de ajudar os produtores de leite a adaptarem-se aos efeitos da desregulamentação, e que seja criado um mecanismo de transição entre o fim das quotas e a liberalização dos mercados, que permita proteger os produtores e o sector nas regiões ultraperiféricas.

O Parlamento Europeu (PE) pede à Comissão Europeia que tome medidas de mercado adicionais para resolver a crise com que o setor dos laticínios se depara atualmente, na sequência da pressão para diminuir os preços resultante da inexistência de instrumentos de prevenção de crise adequados, de uma quebra da procura mundial, da volatilidade dos preços e do embargo imposto pela Rússia aos produtos lácteos europeus.

Os eurodeputados querem também que seja reforçado o papel do Observatório do Mercado do Leite, criado em abril do ano passado para melhorar a supervisão do setor dos laticínios.

"A extrema volatilidade dos preços e as crises recorrentes, incompatíveis com investimentos acrescidos na pecuária e com a instalação de novos produtores, são os principais desafios com que o setor do leite e dos produtos lácteos se depara", diz o relatório da comissão parlamentar da Agricultura, aprovado em plenário por 510 votos a favor, 154 contra e 44 abstenções.

Para os eurodeputados, as atuais medidas de "rede de segurança", como a intervenção pública e a ajuda privada ao armazenamento, "por si só, não são instrumentos suficientes para resolver a volatilidade permanente ou uma crise no setor dos laticínios".

O PE faz uma série de recomendações para fazer face aos desafios que se colocam ao setor do leite, solicitando, por exemplo, à Comissão que:

- apresente instrumentos de regulação que permitam a prevenção e a gestão eficazes de novas crises no setor do leite, facilitando, nomeadamente, a organização da produção de leite em termos de gestão da oferta;
- adapte os preços de intervenção, que são demasiado baixos, já não têm qualquer relação com os atuais preços de mercado e demonstraram ser ineficazes para garantir preços no produtor adequados e estáveis a longo prazo;

- defina indicadores sobre os custos de produção que tenham em conta os custos de energia, os fertilizantes, a alimentação dos animais, os salários, as rendas e outros custos de fatores de produção essenciais;
- desenvolva instrumentos de proteção contra as fortes e repentinas diminuições do preço do leite;
- analise novos instrumentos de estabilização dos rendimentos;
- apresente uma proposta sobre a limitação de práticas comerciais desleais.

A situação particular das regiões ultraperiféricas

As regiões ultraperiféricas "*devem ser objeto de especial atenção e de estudos específicos por parte da Comissão e dos Estados-Membros*", diz o PE, exortando o executivo comunitário a acompanhar de perto a evolução da produção de leite nessas zonas e a avaliar o impacto económico que o fim do regime das quotas tem nas explorações leiteiras.

O relatório refere expressamente "*o grande impacto negativo que a supressão das quotas terá nas regiões ultraperiféricas, especialmente nos Açores, em que a produção de leite é a principal atividade económica, representando cerca de 46% da economia regional*".

Um grande número de explorações leiteiras na UE está, de facto, situado em regiões desfavorecidas, ultraperiféricas, insulares ou montanhosas, em que os custos de produção, recolha e comercialização no mercado do leite e dos produtos lácteos fora das respetivas zonas de produção são muito mais elevados do que noutras zonas.

"*A maior concentração de produtores nas zonas mais bem localizadas da UE do ponto de vista económico pode constituir uma ameaça para esses produtores*", afirma o PE.

Os eurodeputados defendem a necessidade de manter a produção extensiva de leite, "*dado o importante contributo socioeconómico do setor dos laticínios para o desenvolvimento agrícola e rural em toda a UE*", destacando a sua particular importância nas regiões ultraperiféricas, onde é muitas vezes o único tipo de exploração possível.

"*É necessário levar a cabo políticas ambiciosas de apoio a essas regiões com a ajuda de políticas de desenvolvimento rural, do plano de investimento e da promoção e ajustamento das ajudas da PAC propiciadas pela última reforma*", diz o relatório.

O PE propõe que sejam atribuídos "*recursos adicionais ao programa POSEI [programa de opções específicas para fazer face ao afastamento e à insularidade], a fim de ajudar os produtores de leite a adaptarem-se aos efeitos da desregulamentação dos mercados e permitir-lhes manter uma produção leiteira viável e competitiva em relação ao resto do espaço europeu*".

Os eurodeputados salientam também que "*importa criar nas regiões ultraperiféricas um mecanismo de transição entre o fim das quotas e a liberalização dos mercados, que permita proteger os produtores e o sector nestas regiões*".

Aumentar o poder de negociação e a influência dos produtores

O relatório realça o papel importante desempenhado pelas organizações de produtores e respetivas associações para aumentar o poder de negociação e a influência dos produtores na cadeia de abastecimento.

Os eurodeputados defendem que o reforço das relações contratuais, com um alargamento a todo o setor - incluindo a grande distribuição -, ajudam a assegurar uma distribuição equitativa dos rendimentos em toda a cadeia de abastecimento, permitindo um maior valor acrescentado.

Oportunidades no mercado mundial

As negociações comerciais bilaterais podem representar oportunidades estratégicas para o setor dos laticínios da União, diz o PE, solicitando à Comissão que se empenhe mais na abertura de novos mercados em países terceiros e na eliminação dos obstáculos ao comércio. Esta deve, no entanto, ter em devida conta as preocupações em matéria de "denominação de origem protegida" (DOP), "indicações geográficas protegidas" (IGP) e "especialidade tradicional garantida" (ETG).

A procura global de produtos lácteos deverá crescer 2% por ano, o que oferece oportunidades aos produtos originários da UE, mas estas oportunidades de exportação têm de ser equilibradas por um mercado interno estável, diz o documento.

Aposta nos jovens, no investimento e na inovação

O PE realça o papel importante da renovação das gerações para o futuro do setor do leite e as oportunidades significativas para jovens agricultores no ramo da produção leiteira.

"A renovação das gerações, a modernização e o investimento são fundamentais para o funcionamento e a sustentabilidade do setor europeu do leite", afirma o relatório.

O documento salienta também a importância de estimular a investigação e a inovação a fim de permitir que todos os produtores e todas as empresas do setor adaptem os seus instrumentos e técnicas de produção. O reforço da competitividade deve constituir um instrumento ao serviço de uma remuneração mais harmonizada dos produtores no âmbito da cadeia de valor dos produtos lácteos, diz ainda o relatório.

Intervenção de eurodeputados portugueses

Sofia Ribeiro (PPE) *"Senhora Presidente, Senhor Comissário Phil Hogan, estamos de novo a debater a situação do setor do leite a nível europeu e todos nós reconhecemos que o leite tem crises cíclicas. No entanto, esta não é uma crise normal, pois não só não se perspetiva a sua resolução como o seu impacto está a ser mais forte do que era esperado.*

Também temos todos a certeza de que o Observatório do Mercado do Leite tem de ter mecanismos de gestão de crises, sendo que para tal necessita de trabalhar com dados constantemente atualizados, o que nem sempre tem acontecido.

Esta situação extremamente negativa atravessa o setor em toda a Europa, é verdade, mas revela-se com uma especial incidência nos Açores, uma região ultraperiférica europeia, cuja produção de leite representa 46 % da economia regional, na qual os seus produtores olham para nós a pedir-nos ajuda, dada a situação aflitiva que atravessam. Estamos a falar de uma quebra entre 9 a 14 cêntimos no preço do litro de leite, o que equivale a dizer uma perda estimada, até ao momento, de cerca de 20 milhões de euros. É uma quebra muito acentuada que se torna urgente mitigar.

Senhor Comissário, todos nós estamos bem conscientes da importância deste setor para os Açores e da situação extremamente difícil que atravessa neste cenário de liberalização do mercado do leite. Já o ouvi reconhecer as nossas dificuldades, e esta Casa também as reconheceu ao votar positivamente muitas das minhas propostas que pretendem proteger o setor, presentes neste relatório. Neste sentido peço-lhe ajuda, em nome dos produtores dos Açores, para que possamos manter a tradicional produção de leite na nossa região, com todos os benefícios sociais e familiares, ambientais, económicos e outros. Conto com a sua ajuda para pôr rapidamente em prática duas das minhas propostas aprovadas na Comissão da Agricultura – estou a terminar –, como criar um mecanismo para os Açores, de transição para o fim das quotas, e aumentar o POSEI".

Ricardo Serrão Santos (S&D) *"Senhor Comissário, caro Colega Relator, há mais de um ano que os preços do setor do leite estão em queda livre, e as medidas atuais não permitem incentivar a necessária renovação geracional e o investimento. É verdade que queremos um setor competitivo e capaz de se orientar para a exportação, mas não ao custo do abandono da produção. É necessário criar condições para a resiliência da atividade leiteira no mercado interno para que os preços compensem os custos de produção e para promover a coesão*

territorial. Para tal é necessário averiguar o comportamento da indústria e da grande distribuição na cadeia de valor e as consequências para os preços pagos aos produtores. Apelo também ao empenho da Comissão para desenvolver instrumentos para a gestão da oferta, e outros, que protejam contra reduções bruscas de rendimento. No curto prazo, apelo a uma abordagem específica para as regiões menos competitivas e produtoras de leite, como os Açores, nomeadamente na identificação de perturbações de mercado".

Miguel Viegas (CEUE/EVN) *"Como é reconhecido, o pacote do leite falhou na sua tentativa de trazer melhorias na posição dos produtores de leite no mercado. Mesmo com contratos integrados em organizações, os produtores de leite são incapazes de negociar um preço aceitável para o seu produto com a indústria. Por outro lado, e sem nenhum mecanismo alternativo de regulação da oferta, este pacote mostra-se incapaz de poder dar resposta à instabilidade dos preços, cada vez maior e de carácter imprevisível.*

Pensamos que a gestão da oferta e a fixação de preços não podem ser feitas apenas numa lógica mercantil. Propomos assim, a partir do Observatório Europeu do Leite, em articulação com as autoridades nacionais, a introdução de critérios de sustentabilidade que tenham em conta os custos de produção e a viabilidade económica e financeira das explorações".

Eurodeputados propõem medidas para o setor das frutas e produtos hortícolas

O Parlamento Europeu aprovou o relatório do eurodeputado Nuno Melo sobre o setor das frutas e produtos hortícolas desde a reforma de 2007. O documento analisa a situação no setor e avança com uma série de recomendações para melhorar o atual regime e proteger os agricultores.

O relatório de Nuno Melo (PPE), relator da comissão parlamentar da Agricultura, defende a simplificação do regime relativo às frutas e produtos hortícolas (FPH), a melhoria da gestão das organizações de produtores, o aumento do nível geral de apoio a estas organizações e uma melhor utilização dos instrumentos de prevenção e gestão de crises, a fim de ajudar os agricultores a protegerem-se contra grandes quedas nos rendimentos.

As crises podem surgir não só devido às condições do mercado, mas também, com menos frequência, por problemas do domínio sanitário, como a crise de E. coli de 2011, ou até por razões políticas, como no caso do embargo russo.

"O aumento da taxa de organização deve continuar a ser uma prioridade para o regime relativo às frutas e aos produtos hortícolas", disse Nuno Melo no debate em plenário. Para o eurodeputado português, é também importante "dotar as organizações de produtores de fundos que permitam contratar gestores capazes", continuar a apoiar todos os setores que sofrem as consequências do embargo russo, intensificar os esforços para proteger os agricultores relativamente às práticas comerciais desleais dos grandes retalhistas e renovar geracionalmente a agricultura.

"Se as organizações de produtores forem mais eficazes e mais atrativas, mais jovens encontrarão também aí, certamente, uma alternativa para a sua vida", afirmou o eurodeputado português.

O relatório foi aprovado por 598 votos a favor, 53 contra e 41 abstenções.

Contexto

A reforma de 2007 visou reforçar as organizações de produtores de frutas e produtos hortícolas, proporcionando-lhes uma gama mais vasta de instrumentos para permitir, entre outras medidas, prevenir e gerir os riscos de mercado.

Em 2014, a Comissão Europeia apresentou um relatório sobre a aplicação das disposições relativas às organizações de produtores, aos fundos operacionais e aos programas operacionais no setor desde esta reforma. O executivo comunitário reconhece, entre outros pontos, que os instrumentos de prevenção de crises do regime de FPH têm sido pouco utilizados e que se revelaram insuficientes para atenuar as consequências de crises graves como a da E. coli ou a resultante do embargo russo.

Este relatório é a reação do Parlamento Europeu a esse relatório da Comissão e o seu contributo para a política da União para o setor das frutas e produtos hortícolas.

Intervenção de eurodeputados portugueses

Nuno Melo (PPE) *"Senhora Presidente, Senhor Comissário, com a brevidade que a hora tardia já justifica, eu queria dizer da importância deste relatório, tendo em conta que há cerca de 1.600 organizações de produtores reconhecidas em 23 Estados-Membros. Há grandes diferenças da taxa de organização entre os Estados-Membros, mas que refletem pontos de partida diferentes, e que, por conseguinte, não podem ter na justificação o fracasso das políticas. O aumento da taxa de organização deve continuar a ser uma prioridade para o regime relativo às frutas e aos produtos hortícolas.*

O relatório da Comissão e um estudo da Universidade de Wageningen chamam a atenção para a ausência de segurança jurídica, que constitui um obstáculo significativo ao desenvolvimento das OP, e eu acolhi com muito agrado o compromisso do Sr. Comissário Hogan para simplificar o regime relativo às frutas e legumes.

Chamamos a atenção também para a necessidade da existência de fundos que permitam tratar o aspeto da gestão das organizações de produtores. No contacto direto com muitos dos seus representantes, percebemos que há uma falta de gestores qualificados, e o facto de se ser um produtor capaz não significa que se seja um bom gestor. E, portanto, dotar as organizações de produtores de fundos que permitam contratar gestores capazes é uma novidade que eu traria para este relatório.

Parece também existir um consenso de que os instrumentos de prevenção e gestão de crises não estão a ser utilizados suficientemente, e é bom de ver que as crises podem surgir não só devido às condições do mercado, mas também, com menos frequência, por problemas do domínio sanitário ou até por razões políticas como no caso recente do embargo russo. Sabemos que os agricultores não estão na origem da crise política com a Rússia, e por essa razão a União Europeia deve continuar a apoiar todos os setores que sofrem as consequências do embargo.

No relatório também solicito que a Comissão intensifique os seus esforços para proteger os agricultores relativamente às práticas comerciais desleais dos grandes retalhistas, das grandes superfícies, que esmagam e impõem preços que fazem com que muitas vezes não seja atrativa a atividade e, conseqüentemente, a associação dos produtores. E um dos problemas para os quais eu tenho procurado chamar muito a atenção no Parlamento Europeu tem que ver com a necessidade de renovar geracionalmente a agricultura, assegurar que os mais novos veem na agricultura uma atividade que é apelativa. E por isso neste relatório se dá atenção para o facto de apenas 7,5 % dos agricultores da União Europeia terem menos de 35 anos de idade. Se as organizações de produtores forem mais eficazes e mais atrativas, mais jovens encontrarão também aí, certamente, uma alternativa para a sua vida.

Seria muito, Sra. Presidente, que eu teria a dizer sobre este relatório, mas, como dizia, a noite vai longa, a audiência também já não é assim avassaladora, e certamente que, mais que não seja, amanhã na votação trataremos de fazer valer os nossos pontos de vista".

Miguel Viegas (CEUE/EVN) *"Senhora Presidente, a situação é paradoxal. Temos um declínio das áreas agrícolas para a produção de frutas e produtos hortícolas, mas temos um*

consumo que continua a baixar e que está abaixo das recomendações da OMS em alguns países. Temos, no fundo, um modelo onde as grandes multinacionais do setor alimentar continuam a determinar hoje o regime alimentar dos nossos jovens.

As organizações de produtores são fundamentais. Continuamos a defender uma maior flexibilização para o seu reconhecimento, em função da realidade específica de cada região. Por outro lado, são necessários mais apoios, assim como o alargamento das despesas elegíveis, por forma a criar condições para a sua sustentabilidade.

Contudo, é bom referir que não podemos alimentar a ilusão que será possível com maiores OP poder fazer face aos graves problemas do setor, como, por exemplo, o domínio da grande distribuição. Neste sentido, continuamos a manter grandes reservas face à tendência, a esta tendência de completa liberalização da PAC, que continua a apostar em soluções de mercado que não irão trazer nada de bom aos nossos agricultores".

TTIP: Parlamento Europeu aprova recomendações à Comissão para as negociações com os EUA

O Parlamento Europeu aprovou recomendações à Comissão para as atuais negociações com os EUA sobre a Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP, na sigla inglesa). Este acordo comercial deve aumentar o acesso europeu ao mercado norte-americano, mas sem comprometer os padrões da UE nem o direito de regular em prol do interesse público, dizem os eurodeputados. O PE propõe um novo sistema de resolução de litígios entre os investidores e os Estados, mediante o qual os eventuais processos sejam tratados de forma transparente por juízes profissionais, independentes e nomeados pelo poder público.

As recomendações à Comissão Europeia, que está a negociar o TTIP com os parceiros norte-americanos em nome da UE, foram aprovadas em plenário por 436 votos a favor, 241 contra e 32 abstenções.

Novo sistema de resolução de litígios entre investidores e Estados

A inclusão ou exclusão de um mecanismo de resolução de litígios entre os investidores e os Estados assente na arbitragem privada (ISDS, na sigla inglesa) tem sido um dos assuntos mais discutidos.

O texto aprovado em plenário propõe a substituição do sistema de resolução de litígios entre os investidores e os Estados por um novo sistema "*sujeito aos princípios e ao controlo democráticos, mediante o qual os eventuais processos sejam tratados de forma transparente por juízes profissionais, independentes e nomeados pelo poder público em audições públicas*".

O novo sistema deverá incluir "*um mecanismo de recurso capaz de garantir a coerência das decisões judiciais e o respeito da competência dos tribunais da UE e dos Estados-Membros e que não permita que os interesses privados comprometam os objetivos das políticas públicas*", diz o Parlamento Europeu.

Esta disposição foi aprovada por 447 votos a favor, 229 contra e 30 abstenções.

Outros pontos importantes para os eurodeputados

Este relatório faz o ponto da situação das conversações entre a UE e os EUA, que decorrem desde julho de 2013, e indica a posição do Parlamento Europeu em relação a questões fulcrais como:

- o respeito pelos padrões ambientais, de saúde e de proteção social da UE;
- a defesa de que, "nos domínios em que se verifica uma disparidade substancial entre as regras da UE e dos EUA, não existirá acordo, por exemplo, no que diz respeito aos serviços públicos de cuidados de saúde, aos OGM, à utilização de hormonas na carne de bovino, ao regulamento REACH [relativo às substâncias químicas] e à sua aplicação, assim como à clonagem de animais para fins agropecuários" (o Parlamento Europeu "insta a Comissão a não negociar sobre estes temas");
- a negociação de listas exaustivas de produtos agrícolas e industriais sensíveis (para os produtos mais sensíveis deverão ser previstos quotas e períodos de transição adequados e, num número reduzido de casos, deverá ser decidida a sua exclusão);
- a proteção das indicações geográficas europeias;
- a proteção dos dados pessoais dos europeus, assegurando que o acervo da UE neste domínio não fique comprometido com a liberalização dos fluxos de dados, especialmente na área do comércio eletrónico e dos serviços financeiros;
- a eliminação das restrições existentes à exportação de energia entre os dois parceiros comerciais;
- a remoção das restrições nos EUA aos serviços de transportes marítimos e de transportes aéreos que são propriedade das empresas europeias, bem como das restrições à participação estrangeira no capital de companhias aéreas;
- a adoção de uma abordagem ambiciosa para se obter um acesso não discriminatório aos contratos públicos nos EUA, por exemplo, para serviços de construção, engenharia civil, infraestruturas nos setores dos transportes e da energia e bens e serviços;
- a exclusão de serviços públicos do TTIP, nomeadamente água, saúde, sistemas de segurança social e educação;
- a pressão para que os EUA ratifiquem e apliquem as oito convenções fundamentais da Organização Internacional do Trabalho (até ao momento apenas ratificou duas);
- o aumento da transparência, garantindo a publicação de mais documentos e o acesso a mais informação sobre as negociações.

Parlamento Europeu quer um acordo ambicioso e equilibrado

O PIB da UE está fortemente dependente do comércio e das exportações. Segundo o Parlamento, a celebração de um acordo "ambicioso e equilibrado" com os EUA deverá promover a reindustrialização da Europa e ajudar a atingir o objetivo de aumentar de 15% para 20% o PIB gerado pela indústria europeia até 2020, ao reforçar o comércio transatlântico de bens e serviços.

"Este acordo pode criar oportunidades, especialmente para as PME", diz o relatório, que são "desproporcionadamente mais afetadas por entraves não pautais do que as empresas de maiores dimensões".

Os eurodeputados notam, no entanto, que "é difícil avaliar o verdadeiro impacto do TTIP nas economias da UE e dos EUA e fazer previsões enquanto as negociações estiverem em curso e os estudos realizados apresentarem resultados contraditórios". Os parlamentares querem que as negociações sejam mais transparentes e que se chegue a um acordo "que promova o crescimento sustentável e seja benéfico para os Estados-Membros".

O acordo deverá promover um ambiente económico favorável à concorrência e a redução dos direitos aduaneiros e dos entraves não pautais, sublinham. Deverá garantir, ao mesmo tempo, níveis elevados de proteção dos consumidores europeus e dos seus dados, saúde e segurança e impedir o *dumping* social, fiscal e ambiental.

O PE relembra que "a segurança dos alimentos que consumimos, a proteção dos dados pessoais dos europeus e os serviços de interesse geral não são negociáveis, a não ser para alcançar um nível de proteção mais elevado".

Um acordo entre os dois maiores blocos económicos mundiais pode criar "padrões, normas e regras que serão adotados a nível mundial", diz o PE, acrescentando que "a incapacidade de

negociar um acordo permitirá que outros países terceiros com normas e valores diferentes assumam este papel".

Parlamento Europeu terá palavra final sobre o TTIP

O acordo que resultar das negociações em curso só poderá entrar em vigor com a aprovação do Parlamento Europeu e dos Estados-Membros.

A 10ª ronda negocial entre a UE e os EUA sobre o TTIP realiza-se de 13 a 17 de julho, em Bruxelas.

Intervenção de eurodeputados portugueses:

Carlos Coelho (PPE) *"A Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento entre a UE e os EUA reveste-se de um carácter importantíssimo para chegar a um acordo benéfico para ambos os blocos, sendo uma oportunidade para cimentar os princípios e valores comumente partilhados e estabelecer uma visão e um quadro regulamentar comuns do comércio, do investimento e das questões globais a eles conexas.*

Dada a complexidade, o interesse e o volume de opiniões sobre este Acordo, aliado a um processo de negociações nem sempre transparente, não foi fácil uma posição comum pelo PE.

Apoio o Relatório Lange por considerar ser equilibrado e expressar um conjunto de preocupações e recomendações que deverão ser tidas em conta no processo negocial.

Um acordo bom para a Europa só pode ser um acordo que alie o acesso recíproco aos mercados e a redução de entraves, ao respeito pelas normas e standards europeus, não colocando em risco a qualidade dos serviços públicos, o respeito dos padrões ambientais, saúde, proteção social, proteção de dados, proteção dos consumidores e segurança alimentar.

Regozijo-me com o acordo alcançado de substituição do sistema de resolução de litígios entre os investidores e os Estados por um novo sistema sujeito a princípios e controlo democráticos".

Paulo Rangel (PPE) *"Senhora Presidente, eu penso que aqui é preciso, em primeiro lugar, chamar a atenção para um ponto que não é técnico, mas que é político: é que é fundamental ter no quadro da globalização atual um acordo entre a União Europeia e os Estados Unidos. É a única forma de os valores que nós temos em matéria de direitos humanos, em primeiro lugar, mas de ambiente, em matéria de direitos laborais, e que são valores partilhados, mesmo quando têm algumas diferenças, poderem impor-se no quadro da globalização. E, portanto, o que está aqui em causa, muito mais do que uma norma técnica ou do que um ganho aqui ou um ganho ali, é um verdadeiro acordo político de grande importância.*

Depois queria dizer que estou bastante satisfeito com os progressos que foram feitos na questão da resolução de conflitos, mas que ficaria muito mais feliz se nós fôssemos capazes ou de ter criado um tribunal arbitral permanente, próprio desta instituição, ou criar mesmo uma instituição jurisdicional só para este acordo. Penso que ganharíamos em transparência e penso que ganharíamos em confiança na ordem jurídica".

Fernando Ruas (PPE) *"Senhora Presidente, acho que não pronunciou bem o meu nome, e foi por isso que não me levantei.*

Parece-me inegável que o acordo com os Estados Unidos terá vantagens óbvias para os dois lados do Atlântico, que se traduzirão objetivamente em mais emprego, maior produção, mais escolha para os consumidores e também novas oportunidades para os cidadãos, em especial para os mais jovens. É por isso que considero fundamental respeitar o difícil equilíbrio conseguido na INTA no que diz respeito à posição comum do Parlamento Europeu que hoje aqui discutimos.

Sabemos que os nossos concidadãos europeus e os nossos parceiros americanos acompanham com interesse o debate que hoje aqui fazemos. Gostaria, assim, de sublinhar a importância da defesa das denominações de origem e das indicações geográficas no quadro

deste acordo, mas sempre, sempre, com vista a uma proteção mais ampla a nível global. É que muitas das nossas tradições europeias estão ligadas ao nosso território, que é, naturalmente, diverso. Além disso, representam relevantes fontes de rendimento e de fixação das populações no território, em diversas regiões da União.

Saúdo, a terminar, a inclusão da proteção das indicações geográficas no texto da recomendação e espero que tais princípios nunca sejam esquecidos pela equipa de negociadores e pela Comissão Europeia".

Pedro Silva Pereira (S&D) *"Senhora Presidente, Comissária, caros Colegas, eu quero saudar o trabalho do nosso relator Bernd Lange, que apresenta um excelente projeto de relatório que merece um claro apoio desta Casa. E merece apoio porque contém exigências firmes para um bom acordo no TTIP: salvaguarda dos direitos sociais e laborais, proteção do ambiente, da segurança alimentar e dos direitos dos consumidores, defesa dos serviços públicos, transparência das negociações e, não menos importante, o fim do sistema privado de arbitragem, o ISDS. Tudo isso está nesta resolução.*

É preciso reconhecer que o ISDS tem suscitado abusos e preocupações legítimas. Mas, para que o debate seja sério, também é preciso reconhecer que aquilo que está proposto a este plenário é o fim do ISDS privado, tal como o conhecemos. O que está proposto é um sistema totalmente novo, público, transparente, não com advogados indicados pelos investidores privados, mas com juizes profissionais indicados pelos Estados e uma instância de recurso. E isso faz toda a diferença.

Este relatório dirige uma mensagem clara aos negociadores: só haverá TTIP se estas exigências forem respeitadas. E é por isso um passo importante em direção a um bom acordo no TTIP".

Parlamento Europeu quer que grandes empresas divulguem informações, país por país, sobre lucros, impostos e subsídios

As grandes empresas e as entidades de interesse público deverão divulgar informações, país por país, sobre os lucros obtidos, os impostos pagos e os subsídios recebidos, de acordo com alterações a uma proposta legislativa aprovadas pelo Parlamento Europeu. Os eurodeputados defendem também que os acionistas de sociedades cotadas na UE devem ter o direito de votar sobre a política de remuneração dos administradores pelo menos de três em três anos.

A proposta de revisão da diretiva sobre os direitos dos acionistas, inserida num pacote de medidas apresentado pela Comissão em abril do ano passado para melhorar o governo societário, foi hoje emendada pelo Parlamento Europeu. O texto alterado foi aprovado por 556 votos a favor, 67 contra e 80 abstenções. A proposta tem agora de ser negociada com o Conselho de Ministros da UE com vista à obtenção de um acordo sobre o texto final.

Aumento da transparência sobre as atividades das grandes empresas

O Parlamento Europeu incluiu disposições sobre o aumento da transparência relativamente às atividades das grandes empresas, em especial no que se refere aos lucros obtidos, aos impostos pagos sobre os lucros e aos subsídios recebidos. "A *obrigatoriedade de apresentação de relatórios neste domínio pode ser considerada um importante elemento da responsabilidade social das sociedades perante os acionistas e a sociedade*", diz o texto.

Os eurodeputados querem que as grandes empresas divulguem publicamente, "fornecendo uma discriminação por Estado-Membro e por país terceiro onde a grande empresa em questão tenha uma filial, os elementos essenciais e informações relativos a decisões fiscais" (tax rulings).

"O texto aprovado contém instrumentos importantes para combater a evasão fiscal e a elisão fiscal, em particular a obrigação da divulgação de informações país por país, que visa assegurar que as multinacionais declarem os impostos que pagam em cada país em que operam. Não podemos perder esta oportunidade, especialmente após o Luxleaks e outros escândalos", disse o relator da comissão parlamentar dos Assuntos Jurídicos, o eurodeputado socialista italiano Sergio Cofferati.

Maior envolvimento dos acionistas nas sociedades cotadas

A proposta de revisão da diretiva visa assegurar um maior envolvimento dos acionistas nas sociedades em que investem e contribuir para a sua competitividade e sustentabilidade a longo prazo.

Para os eurodeputados, a política de remuneração aplicável aos administradores deve contribuir para o crescimento a longo prazo da sociedade e "*não estar, em grande parte ou na íntegra, associada a objetivos de investimento de curto prazo*".

"As sociedades só devem pagar uma remuneração aos seus administradores que seja conforme com uma política de remuneração submetida a votação na assembleia-geral de acionistas. Qualquer alteração dessa política deve ser submetida a votação em assembleia-geral de acionistas e, de qualquer das formas, a política deve ser submetida a aprovação em assembleia-geral, pelo menos, a cada três anos", diz o texto aprovado pelo Parlamento Europeu. "Contudo, os Estados-Membros podem estabelecer que a votação em assembleia-geral relativamente à política de remuneração tem caráter consultivo", acrescenta.

A política de remuneração deve definir "*critérios claros para a atribuição da remuneração fixa e variável, incluindo todos os bónus e todos os benefícios*", diz ainda o texto aprovado pelo PE.

Intervenção de eurodeputados portugueses:

Ana Gomes (S&D) "*Senhora Presidente, bravo Sergio, bravo à Comissão JURI e bravo a este Parlamento se aprovar o relatório Cofferati que vem reforçar extraordinariamente os esforços das administrações fiscais, policiais, judiciais e de jornalistas e cidadãos para detetar e combater o planeamento fiscal agressivo e a evasão fiscal e a corrupção que alimentam. É urgente travar a selva fiscal na União Europeia que o escândalo Luxleaks e Swissleaks expuseram e que gravemente prejudica o projeto europeu e também outros países, em especial países em desenvolvimento.*

Este é um assunto importante demais para deixar apenas nas mãos das administrações fiscais, muitas vezes desprovidas de recursos e de investimento devido às desastrosas políticas de austeridade, face às multinacionais que vêm combatendo a legislação europeia que obrigue, justamente, à publicação dos seus relatórios de contas país por país. É premente estender, obrigatoriamente, este padrão de transparência a todas as empresas multinacionais, em todos os setores".

Miguel Viegas (CEUE/EVN) "*Senhora Presidente, a presente diretiva pretende garantir o melhor envolvimento dos acionistas nas decisões da empresa.*

Identifico uma certa miopia por parte das administrações das empresas, que estão muito focadas na rentabilidade de curto prazo, pondo inclusivamente em causa a sustentabilidade a longo prazo da própria empresa.

Contudo, esta diretiva é paradoxal porque ignora ou finge ignorar que são precisamente os acionistas que querem lucros de curto prazo, como está de resto completamente identificado na temática do conflito entre o principal e o agente. Neste sentido, para além de não garantir o envolvimento dos acionistas, na medida em que estes estão completamente pulverizados através dos fundos de investimento, esta diretiva coloca a questão ao contrário.

A solução para alinhar as decisões das empresas como uma gestão sustentável a longo prazo e, ao mesmo tempo, assegurar uma transparência fiscal passa pelo envolvimento dos

trabalhadores e dos agentes locais nas decisões estratégicas das empresas, tal como sugerimos".

Orçamento da UE para 2016: Parlamento Europeu aprova mandato para iniciar negociações com os Estados-Membros

O Parlamento Europeu definiu as suas prioridades para as negociações com o Conselho de Ministros da UE sobre o orçamento comunitário para 2016. O relator da comissão parlamentar dos Orçamentos, José Manuel Fernandes, destaca a importância dos "três E" - Emprego, Empresas e Empreendedorismo - e da solidariedade interna e externa. A primeira reunião entre o PE, o Conselho e a Comissão (trílogo) para discutir o projeto de orçamento para 2016 realiza-se no dia 14 de julho.

O Parlamento Europeu opõe-se a cortes no programa para a competitividade das empresas e das pequenas e médias empresas (COSME), defende a continuação da Iniciativa para o Emprego dos Jovens e reitera a necessidade de reduzir o atraso insustentável dos pagamentos de liquidação pendente relativos aos programas de coesão para um nível de cerca de 2 mil milhões de euros até ao final de 2016.

"Penso que estamos todos de acordo com o objetivo: crescimento, emprego, solidariedade interna, solidariedade externa, segurança", disse o eurodeputado José Manuel Fernandes (PPE) no debate em plenário.

José Manuel Fernandes, que vai liderar a equipa de negociação do Parlamento Europeu, destacou:

- a Iniciativa para o Emprego dos Jovens - *"em 2016 queremos que este programa prossiga e, portanto, queremos despesas de autorização para este programa"*;
- a política de coesão - solidariedade interna para ajudar as regiões mais pobres e os Estados-Membros em maiores dificuldades;
- a Ucrânia, a Síria e a crise de refugiados - solidariedade externa, especialmente tendo em conta a situação no Mediterrâneo;
- o Horizonte 2020 (programa da UE para a investigação e a inovação) e o Mecanismo Interligar a Europa (investimentos destinados a melhorar as redes europeias dos transportes, da energia e da tecnologia digital) - *"vamos continuar a minimizar, ao máximo, o impacto que o Fundo de Investimentos Estratégicos tem sobre estes dois programas"*;
- o respeito pelos compromissos, pelo quadro financeiro plurianual e pela flexibilidade - *"esperamos que o Conselho tenha uma atitude de respeito pelos compromissos, de coerência para com as declarações e proclamações que tem feito, que também ele coloque as verbas suficientes para os anseios, para os objetivos a que todos nos propomos"*.

O relatório, aprovado por 422 votos a favor, 173 contra e 85 abstenções, define as linhas de negociação do Parlamento Europeu para os trílogos, que têm início em 14 de julho. As negociações continuam em setembro, tendo em vista chegar a um acordo que possa ser aprovado pelas instituições no final do ano.

O projeto de orçamento para 2016, apresentado pela Comissão Europeia em 27 de maio, totaliza 153,5 mil milhões de euros em dotações para autorizações e 143,5 mil milhões de

euros em dotações para pagamentos. O orçamento comunitário representa cerca de 1% do rendimento nacional bruto da UE.

Intervenção de eurodeputados portugueses

José Manuel Fernandes (PPE) *"Senhor Presidente, Senhor Vice-Presidente, Senhora Comissária Georgieva, Caros Colegas, convém lembrar que o orçamento da União Europeia é um orçamento pequeno: tem cerca de 1% do rendimento nacional bruto e corresponde a pouco mais de 140 mil milhões de euros em pagamentos, numa União Europeia que tem estado sempre a aumentar as suas competências e que também se alargou em termos dos Estados-Membros.*

O orçamento da União Europeia que, se o quisermos comparar com o dos Estados Unidos, é 1 % do rendimento nacional bruto enquanto o dos Estados Unidos é cerca de 20 % do PIB. Mas é um orçamento que tem um alto valor acrescentado, eu diria mesmo um enorme valor acrescentado, atendendo ao facto de que 94 % do orçamento é para investimento e só 6 % deste orçamento é que corresponde às despesas administrativas e despesas de funcionamento. É um orçamento que representa em muitos Estados—Membros mais de 50 % do investimento público.

Um orçamento também para o qual definimos para 2016 prioridades. Aquilo a que chamámos os três "E": o emprego, as empresas, e nomeadamente as pequenas e médias empresas, e o empreendedorismo.

Tal tem consequências em termos de programas, desde logo na Iniciativa Emprego Jovem. Sabemos que houve uma antecipação de 6 mil milhões de euros para 2014 e 2015, mas nós em 2016 queremos que este programa prossiga e, portanto, queremos despesas de autorização para este programa.

É evidente que programas como o Cosmos, programas como o Horizonte 2020, ou o Mecanismo Interligar a Europa, também eles que contribuem, que estão na rubrica 1-A, devem ter uma atenção especial, mas não esquecemos a solidariedade interna.

Na solidariedade interna, temos a política de coesão que, também ela, ajuda ao emprego, também ajuda ao empreendedorismo, à inovação e à investigação. Nesta política de coesão, para além deste objetivo e de todos os objetivos que lhe estão inerentes, nunca se poderá esquecer também o objetivo de corresponder à solidariedade interna de ajudar as regiões mais pobres, os Estados-Membros em maiores dificuldades e também de ajudar à ascensão social das pessoas. A solidariedade interna é para nós também um objetivo.

Quanto à solidariedade externa, não podemos esquecer o que se passa na União Europeia, o que se passa na Ucrânia, na Síria, mas também o que se passa com os refugiados, o que se passa no Mediterrâneo e, neste sentido, a rubrica 3 e a rubrica 4 são, para nós, nestes domínios, também muito importantes.

E também por isso afirmamos que os cortes que são feitos às agências não podem ser cortes cegos. Nós temos também, quando olhamos para um corte em termos do pessoal, de verificar as consequências desse corte, os custos que tal tem. Nós temos agências de supervisão financeira em que, se reduzirmos o pessoal, isso vai ter um custo. Temos agências para a migração, por exemplo, em que, se reduzirmos o pessoal, isso tem um custo maior do que aquele que advém da própria redução.

Depois, também exigimos que se respeitem os compromissos, que se respeite o plano que definimos em termos dos pagamentos, que se respeite o Quadro Financeiro Plurianual, que se respeite a flexibilidade que nós queremos e pedimos.

E, no fundo, esperamos que o Conselho tenha uma atitude de respeito pelos compromissos, de coerência para com as declarações e proclamações que tem feito, que também ele coloque as verbas suficientes para os anseios, para os objetivos a que todos nos propomos.

Acabo agradecendo a todos os colegas relatores-sombra, a todos os grupos políticos que contribuíram para este relatório e para este mandato onde o Parlamento pretende ter uma grande força e uma grande união".

Carlos Coelho (PPE) *"Felicito o colega José Manuel Fernandes pelo seu importante relatório com as prioridades políticas para o Orçamento da UE de 2016.*

Saúdo o enfoque nos 3 E's (Emprego, Empresas e Empreendedorismo).

Aplaudo a intensificação do apoio da UE ao investimento, ao conhecimento, ao emprego e aos programas orientados para o crescimento como o programa emblemático de mobilidade Erasmus +.

Concordo com os aumentos que permitem à Comissão enfrentar as novas crises na Ucrânia, na Síria e no Mediterrâneo.

Aplaudo as propostas para mobilizar o Plano Juncker, nomeadamente a mobilização da margem global para autorizações destinada a cobrir parte das despesas necessárias ao financiamento de 8 mil milhões de euros do Fundo de Garantia.

Receio a insuficiência da dotação relativa ao financiamento da Iniciativa para o Emprego dos Jovens (IEJ) enquanto instrumento essencial na luta contra o desemprego dos jovens na União".

Ambiente: Eurodeputados propõem medidas para aumentar eficiência na utilização dos recursos

A definição de objetivos obrigatórios de redução dos resíduos na UE, a revisão da legislação europeia sobre a conceção ecológica dos produtos e a adoção de medidas para dissociar o crescimento da utilização dos recursos naturais são algumas das recomendações feitas pelo Parlamento Europeu num relatório sobre a transição para uma economia circular. Os eurodeputados instam a Comissão a apresentar uma proposta ambiciosa nesta matéria até ao final do ano.

A economia global utiliza, em recursos, o equivalente a 1,5 planetas para a produção mundial e a absorção de resíduos. Prevê-se que este número atinja o equivalente a dois planetas até 2030.

O aumento da eficiência na utilização dos recursos implica um afastamento da atual economia linear, caracterizada por um modelo de produção e consumo do tipo «*extrair-fabricar-consumir-deitar fora*».

Numa economia circular, praticamente todos os materiais não renováveis circulam em circuitos fechados. Os resíduos pós-consumidor são eficazmente recolhidos, reciclados e utilizados para fabricar novos produtos.

Um aumento da produtividade dos recursos em 30% até 2030 poderia resultar num aumento de 1% do PIB e criar 2 milhões de novos postos de trabalho sustentáveis, realça o relatório sobre a economia circular, aprovado em plenário por 394 votos a favor, 197 contra e 82 abstenções.

Acabar com os resíduos na UE

Este relatório dá resposta à comunicação da Comissão Europeia "*Para uma economia circular: programa para acabar com os resíduos na Europa*", apresentada em julho de 2014 juntamente com uma proposta legislativa sobre os resíduos, que foi retirada pela nova Comissão de Jean-Claude Juncker.

O Parlamento Europeu lamenta a retirada desta proposta, apelando a que seja apresentado um novo e mais ambicioso pacote legislativo relativo à economia circular até ao final de 2015.

Os eurodeputados querem que o executivo comunitário apresente uma proposta sobre a revisão da legislação europeia sobre os resíduos que inclua "*objetivos obrigatórios de redução para os resíduos urbanos, comerciais e industriais, a atingir até 2025*", e a redução obrigatória e gradual da deposição em aterro, entre outras medidas.

Os eurodeputados instam também a Comissão a propor, até ao final deste ano, "*um objetivo para aumentar a eficiência na utilização dos recursos a nível da UE em 30% até 2030 em comparação com os níveis de 2014, bem como objetivos individuais para cada Estado-Membro*".

Outra medida proposta pelos eurodeputados é que a Comissão promova a criação, nos Estados-Membros, de "*convenções que proponham que o setor dos produtos alimentares a retalho distribua os produtos não vendidos a associações de caridade*".

Conceção ecológica dos produtos

O Parlamento Europeu defende uma política "*que aumente a vida útil esperada dos produtos, bem como a sua durabilidade e possibilidade de reutilização e de reciclagem*", pedindo à Comissão que apresente novas regras sobre a conceção ecológica até final de 2016 que abranjam todas as principais linhas de produtos.

Utilização sustentável dos recursos

"*Para resolver o problema da escassez de recursos, é imprescindível reduzir a extração e a utilização dos recursos e dissociar totalmente o crescimento da utilização dos recursos naturais*", diz o Parlamento Europeu.

Até 2050, a utilização dos recursos da UE tem de ser sustentável, diz o PE, o que exige medidas como uma redução absoluta do consumo de recursos para níveis sustentáveis, o aumento da utilização das energias renováveis (dentro dos limites da sua renovabilidade) e a eliminação progressiva das substâncias tóxicas, acrescenta.

A economia global utiliza o equivalente a 1,5 vezes os recursos do planeta para conseguir a sua produção total e absorver os resíduos. Estima-se que, até 2030, este número suba para duas vezes os recursos do planeta.

A Europa depende mais de recursos importados do que qualquer outra região do mundo: 40% de todos os materiais utilizados na UE são importados.

Reserva de estabilização do mercado para o regime de comércio de licenças de emissão de CO₂

O Parlamento Europeu aprovou ontem a criação de uma reserva de estabilização do mercado para o regime de comércio de licenças de emissão de CO₂, que visa tratar a questão do excedente de licenças, atualmente estimadas em 2 mil milhões. O novo mecanismo estará operacional a partir de 1 de janeiro de 2019, dois anos antes do que o inicialmente previsto pela Comissão.

A reserva de estabilização do mercado deverá corrigir uma insuficiência estrutural do regime de comércio de licenças de emissão (RCLE), que não permite flexibilidade da oferta de licenças para atender a mudanças das condições de mercado ou proteger o RCLE contra choques inesperados e repentinos da procura.

O atual desequilíbrio deve-se, sobretudo, a um desfasamento entre a oferta de leilões, que é fixada de forma muito rígida, e a correspondente procura, que é flexível e influenciada, entre outros fatores, pelos ciclos económicos e pelos preços dos combustíveis fósseis.

A decisão, aprovada em plenário por 495 votos a favor, 158 contra e 49 abstenções, introduz um sistema que retira automaticamente do mercado uma parte das licenças do RCLE, colocando-as numa reserva caso o excedente ultrapasse um certo limite.

Em 2013, o Parlamento e o Conselho alteraram a diretiva RCLE para permitir à Comissão adiar o leilão de 900 milhões de licenças até 2019 e 2020. Em fevereiro de 2014, a Comissão adotou então um regulamento destinado a adaptar o calendário do leilão para a terceira fase (2013-2020) do comércio de licenças do RCLE, de modo a que 300 milhões de licenças

fossem diferidas para 2019 e 600 milhões para 2020. As licenças diferidas serão colocadas diretamente na reserva.

O RCLE é considerado a pedra angular da política de redução de CO2 da UE.

Intervenção de eurodeputados portugueses no debate sobre a economia circular:

Carlos Coelho (PPE) "Apoio o relatório da Deputada Pietikäinen sobre a economia circular. Estamos perante um documento de orientação política dirigido à Comissão Europeia e não perante um texto legislativo.

Justifica-se assim um conjunto de propostas ambiciosas que levem a Comissão a manter a liderança da UE nas matérias que têm a ver com a gestão dos resíduos, a eficiência energética e o crescimento verde.

Solidarizo-me com a relatora na proposta de fixação de objectivos vinculativos e lamento que isso não tenha sido acompanhado pela maioria do Parlamento Europeu".

Carlos Zorrinho (S&D) "por escrito. – Votei favoravelmente o relatório Pietikäinen “sobre a eficiência de recursos: transição para uma economia circular” por crer que a aposta numa economia circular, que permita criar riqueza incorporando na cadeia de valor a gestão de resíduos, é uma aposta inteligente e urgente aos desafios ambientais, económicos e sociais que as sociedades enfrentam contemporaneamente. A globalização desregulada conduz ao aumento das desigualdades e da nossa pegada ambiental. A economia circular é uma abordagem integrada e holística aos desafios da globalização, que combina competitividade económica e sustentabilidade ambiental e que possibilita um crescimento económico para as gerações atuais sem comprometer o desenvolvimento das gerações futuras. Neste sentido, este relatório estabelece de forma clara os objetivos e metas a alcançar para concretizar a necessária transição para uma economia circular".

Intervenção de eurodeputados portugueses no debate sobre a reserva de estabilização do mercado:

Carlos Coelho (PPE) "A reforma do regime de comércio de licenças de emissão da UE (RCLE-UE) pretende reduzir as emissões de gases com efeito de estufa e combater as alterações climáticas resolvendo o desequilíbrio entre a oferta e a procura de licenças de emissão, desequilíbrio esse que prejudica os incentivos no investimento na inovação ecológica.

Estimam-se em 2000 milhões os excedentes de licenças de emissão, o que prejudica o custo-eficácia do regime a longo prazo, fazendo com que o RCLE não funcione como inicialmente previsto, tendo a Comissão proposto (e muito bem) uma reserva de estabilização do mercado que introduz na Diretiva RELE regras para reger as flutuações de mercado e a oferta de licenças. Um excesso de oferta reduziria os incentivos nos investimentos ecológicos e a eficácia do RCLE-UE no combate às alterações climáticas.

Apoio, pois, o Relatório Belet, que reflete o compromisso alcançado com os Estados-Membros, após três trilogos, prevendo que, se o excedente atingir um determinado valor, são retiradas licenças do mercado e colocadas numa reserva para evitar desequilíbrios, promovendo a necessidade dos operadores de investir na redução das emissões de CO2, mecanismo a ter início já em 2019, ao invés da data proposta de 2021".

José Inácio Faria (ALDE) "Senhor Presidente, Senhor Comissário, Caros Colegas, quero agradecer ao Sr. Belet, ao Presidente La Via e também ao meu colega Gerbrandy o excelente trabalho vertido neste documento.

O regime de comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa é o mais importante instrumento de combate às emissões que promovem as alterações climáticas. É, pois, indispensável restituir o pleno desempenho a este instrumento que, em virtude do abrandamento económico e do excesso de liquidez de licenças que se produziu no mercado, não mais proporcionava o preço final adequado para limitar as emissões.

É necessário que os incentivos económicos estejam a favor da transição para uma economia limpa, não contra. Por isso, entendo que a presente reforma é essencial para corrigir o presente desequilíbrio. O resultado das negociações em torno desta proposta legislativa irá

permitir um contexto de mercado mais estável e mais previsível, mais amigo do ambiente e mais amigo de investimento em tecnologias verdes.

Espero que a Comissão Europeia, Sr. Comissário, trabalhe agora no sentido de propor, ainda antes de 2020, um fundo de inovação para promover a investigação e o desenvolvimento em tecnologias de baixo carbono. O futuro constrói-se apostando hoje nas tecnologias de amanhã.

Manifesto satisfação pelo facto de a reserva de estabilização do mercado de licenças entrar em funcionamento mais cedo do que inicialmente proposto pela Comissão para 2021, isto é, já no início de 2019. Caros colegas, o Planeta agradece.

Será também positiva a colocação, diretamente na reserva de estabilização do mercado, de 900 milhões de licenças de carbono que foram diferidas para impedir que, mais uma vez, estas possam vir a induzir a queda do seu preço de mercado.

O facto de amanhã podermos vir a aprovar esta proposta legislativa é também um sinal face aos nossos parceiros externos de que a União Europeia continua a tratar com seriedade a luta contra as alterações climáticas.

Sr. Comissário, não nos podemos esquecer da urgente necessidade da obtenção de um acordo climático global, que seja legalmente vinculativo, ainda este ano em Paris. Não nos podemos esquecer, Sr. Comissário, que cabe a nós, europeus, a responsabilidade de liderar este processo.

Sr. Comissário, termino agradecendo-lhe ter demonstrado a sua total disponibilidade para trabalhar para atingir esse fim".

João Ferreira (CEUE/EVN) *"por escrito. – Esta proposta constitui mais uma demonstração do rotundo e clamoroso falhanço do Regime de Comércio de Licenças de Emissão (RCLE) de Gases de Efeito de Estufa (GEE), em face dos objetivos enunciados.*

Desde sua criação em 2005, não conseguiu reduzir as emissões de GEE nem impulsionou nenhuma transição de paradigma energético, bem pelo contrário, revelou ser ineficaz e perverso.

Ficou claro durante o debate que os apoiantes do mercado do carbono – os mesmos que, perante o seu fracasso, lhe querem agora introduzir uns remendos – não têm resposta para questões simples, como a inexistência de exemplos de mudanças estruturais, significativas de um ponto de vista ambiental, alcançadas com recurso a instrumentos de mercado, como o comércio de emissões.

Seria por isso esta a ocasião para mudar de abordagem – de uma abordagem de mercado para uma abordagem normativa, justa do ponto de vista económico e social e eficaz do ponto de vista ambiental – em lugar de andar a pôr remendos em pano gasto. O que torto nasce, tarde ou nunca se endireita.

Haverá quem ganhe com este caminho. Não será o ambiente.

Recordemos, a título de exemplo, a enorme permeabilidade à fraude já demonstrada pelo RCLE (casos ThyssenKrupp e Salzgitter, entre outros) e os lucros fabulosos alcançados por alguns dos maiores poluidores".

Direitos de autor: Parlamento Europeu faz recomendações para adaptar as regras à era digital

Os eurodeputados aprovaram um relatório que examina as atuais regras europeias sobre os direitos de autor e faz recomendações para a reforma legislativa que a Comissão deverá apresentar até ao final do ano. O objetivo é modernizar a legislação para a tornar compatível com a era digital. O documento aborda questões como o bloqueio geográfico, a promoção da criatividade e a remuneração dos titulares de direitos.

"O Parlamento Europeu ouviu as preocupações dos cidadãos e rejeitou a sugestão de se limitar a liberdade de fotografar no espaço público. Esta decisão exemplifica a mensagem central deste relatório: a futura proposta legislativa que for apresentada pelo comissário Oettinger deve refletir o papel central das exceções, dando espaço aos autores para criarem, segurança aos utilizadores nas suas atividades diárias e acesso de todos à cultura e ao conhecimento", disse a relatora da comissão parlamentar dos Assuntos Jurídicos, Julia Reda (Verdes/ALE, Alemanha).

"A utilização abrangente da Internet em toda a União conduziu a uma situação em que quase todas as pessoas estão envolvidas em atividades relevantes para os direitos de autor. A legislação em matéria de direitos de autor desempenha, por isso, um papel central na vida quotidiana da maioria dos cidadãos europeus e, como tal, deve ser atualizada a fim de refletir as necessidades de todos os grupos de utilizadores. Essa situação exige um novo equilíbrio entre os interesses dos titulares de direitos e a capacidade das pessoas normais participarem em atividades que são essenciais para a sua vida social, cultural e económica, mas que estavam fora do âmbito de aplicação da legislação em matéria de direitos de autor no anterior ambiente tecnológico", acrescentou.

Bloqueio geográfico

O acesso a determinados serviços de conteúdos é, com demasiada frequência, recusado aos consumidores por motivos geográficos, nota o Parlamento Europeu, instando a Comissão a propor "soluções adequadas para garantir aos consumidores uma melhor acessibilidade transfronteiras dos serviços e conteúdos protegidos pelo direito de autor".

O acesso transfronteiras "pode requerer melhorias do atual quadro jurídico", afirmam os eurodeputados, defendendo a importância de ampliar a oferta legal na Internet para possibilitar o acesso à diversidade cultural europeia.

O relatório salienta que "as práticas de bloqueio geográfico da indústria não devem impedir as minorias culturais a residir em Estados-Membros da UE de aceder a conteúdos ou serviços existentes na sua língua que são gratuitos ou pagos".

O Parlamento Europeu salienta, no entanto, "a importância das licenças territoriais na UE", nomeadamente no que se refere à produção audiovisual e cinematográfica, que se baseia principalmente em sistemas de aquisição ou financiamento prévios das operadoras de radiodifusão.

Apesar de a territorialidade ser inerente à existência dos direitos de autor e dos direitos conexos, "este princípio não é contrário à garantia da portabilidade dos conteúdos", diz o relatório.

Os eurodeputados apoiam as iniciativas que visem melhorar a portabilidade, dentro da UE, de serviços em linha de conteúdos adquiridos e disponibilizados legalmente, "no pleno respeito pelos direitos de autor e pelos interesses dos titulares de direitos".

Equilíbrio entre os interesses dos titulares de direitos e os do público

O Parlamento Europeu pede à Comissão que analise a possibilidade de rever uma série de exceções e limitações existentes para melhorar a sua adaptação ao ambiente digital.

"As exceções e limitações devem ser aplicadas de forma a ter em conta o objetivo a que se destinam e as respetivas características específicas dos contextos digital e analógico, respeitando o equilíbrio entre os interesses dos titulares de direitos e os interesses do público", diz o PE.

O PE insta, por exemplo, a Comissão a avaliar a *"adoção de uma exceção que permita legalmente às bibliotecas públicas e de investigação emprestarem obras em formato digital ao público para uso pessoal, durante um período limitado, através da Internet ou das redes das bibliotecas"*.

Os eurodeputados defendem também a necessidade de se garantir aos autores e artistas-intérpretes uma remuneração adequada, tanto no ambiente digital como no mundo analógico.

O PE pede ainda à Comissão que estude o impacto de um *"regime único europeu de direitos de autor"* no emprego e na inovação, no interesse dos autores, artistas-intérpretes e executantes e outros titulares de direitos de autor, e na promoção do acesso dos consumidores à diversidade cultural regional.

Liberdade de panorama

Na votação em plenário, os eurodeputados rejeitaram uma disposição vinda da comissão parlamentar dos Assuntos Jurídicos que sugeria que a utilização comercial de fotografias, imagens de vídeo ou outras imagens de obras que se encontram permanentemente expostas em locais físicos públicos deveria estar sempre sujeita a autorização prévia dos autores.

O relatório foi aprovado por 445 votos a favor, 65 contra e 32 abstenções.

Intervenção de eurodeputados portugueses

Carlos Colho (PPE) *"Apoio o relatório da Deputada Reda sobre as regras europeias relativas aos direitos de autor.*

Não apenas se impõe uma necessária harmonização na UE das diferentes legislações nacionais como urge responder às inovações que comporta a Agenda Digital modernizando o enquadramento dos direitos de autor e direitos conexos na sociedade de informação.

Apoiei igualmente a exclusão da referência a "emenda panorama" que podia limitar exageradamente a liberdade de recolha de imagens particulares de cidadãos e turistas.

Lamento que não tenha sido aprovada uma norma sobre a gestão coletiva dos direitos de autor dos artistas".

António Marinho e Pinto (ALDE) *"Senhora Presidente, Senhor Comissário, caros Colegas, congratulo-me com o trabalho da relatora e felicito-a por esse trabalho. Pessoalmente, apoiarei a alteração 46 apresentada pela minha colega Marietje Schaake. Só posso aceitar limites à liberdade de panorama que venham do próprio Estado por razões de segurança ou razões de defesa nacional, nunca com base em direitos de autor. Aquilo que é público é democrático, é de todos, e não pode ser restringido com base em direitos privados. Aliás, considero que é um abuso de direito pretender limitar a liberdade de panorama com base no direito de autor, porque é proteger o direito de autor para além dos limites impostos pelos fins sociais e económicos do próprio direito e pelos princípios da boa-fé. Que é que se protege realmente com o direito de autor? Que direito tem o autor de impedir alguém de fotografar um monumento que está na via pública? Portanto, exceto se as fotos forem tiradas para fazer postais ilustrados e comercializá-los, aí sim"...*

(A Presidente retira a palavra ao orador por excesso de tempo)

Ordem do dia 06 a 09 Julho de 2015

► Segunda-feira, 06 de Julho

17:00 - 23:00

Reinício da sessão e ordem de trabalhos

Declaração do Presidente - Comemoração de Srebrenica

A criação de uma União dos Mercados de Capitais - Pergunta oral (O-000075/2015 - B8-0564/2015)

Eficiência na utilização dos recursos: transição para uma economia circular - Relatório: Sirpa Pietikäinen (A8-0215/2015)

Perspetivas para a aplicação do «pacote do leite» - Relatório: James Nicholson (A8-0187/2015)

Intervenções de um minuto (artigo 163.º do Regimento)

Breve apresentação dos seguintes relatórios:

O impacto externo da política de comércio e investimento da UE em países terceiros - Relatório: Jan Zahradil (A8-0182/2015)

O setor das frutas e produtos hortícolas desde a reforma de 2007 - Relatório: Nuno Melo (A8-0170/2015)

Criação de um sistema integrado de bilhetes para as deslocações multimodais na Europa - Relatório: Dieter-Lebrecht Koch (A8-0183/2015)

► Terça-feira, 07 de Julho

08:30 - 12:50

Balanço da Presidência letã - *Declarações do Conselho e da Comissão*

Negociações da Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP) - *Relatório: Bernd Lange (A8-0175/2015)*

13:00 - 14:30 VOTAÇÃO

Nomeação de um membro do Tribunal de Contas - Bettina Michelle Jakobsen - *Relatório: Igor Šoltes (A8-0198/2015)*

Exercício pela União dos seus direitos ao abrigo das regras do comércio internacional - *Relatório: Jiří Maštálka (A8-0203/2015)*

Defesa contra a prática de preços lesivos na venda de navios - *Relatório: Jiří Maštálka (A8-0202/2015)*

Oportunidades de pesca em águas da UE para os navios de pesca que arvoram o pavilhão da Venezuela ao largo da costa da Guiana Francesa - *Recomendação: João Ferreira (A8-0195/2015)*

Projeto de orçamento retificativo n.º 3/2015: excedente do exercício de 2014 - *Relatório: Eider Gardiazabal Rubial (A8-0219/2015)*

Projeto de orçamento retificativo n.º 4/2015: mobilização do Fundo de Solidariedade da UE a favor da Roménia, da Bulgária e da Itália - *Relatório: Eider Gardiazabal Rubial (A8-0220/2015)*

Mobilização do Fundo de Solidariedade da UE: inundações na Roménia, na Bulgária e em Itália - *Relatório: Siegfried Mureşan (A8-0211/2015)*

Criação de um sistema integrado de bilhetes para as deslocações multimodais na Europa - *Relatório: Dieter-Lebrecht Koch (A8-0183/2015)*

Extensão do mandato da comissão especial sobre decisões fiscais e outras medidas da mesma natureza ou efeito

Projeto de orçamento retificativo n.º 1/2015: Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos (FEIE) - *Relatório: Eider Gardiazabal Rubial (A8-0221/2015)*

Projeto de orçamento retificativo n.º 5/2015 - Dar resposta às pressões migratórias - *Relatório: Eider Gardiazabal Rubial (A8-0212/2015)*

Perspetivas para a aplicação do «pacote do leite» - *Relatório: James Nicholson (A8-0187/2015)*

O impacto externo da política de comércio e investimento da UE em países terceiros - *Relatório: Jan Zahradil (A8-0182/2015)*

O setor das frutas e produtos hortícolas desde a reforma de 2007 - *Relatório: Nuno Melo (A8-01)*

15:00 - 23:00

Preparação do programa de trabalho da Comissão para 2016 - *Declaração da Comissão 5*
Envolvimento dos acionistas a longo prazo e declaração sobre o governo das sociedades - *Relatório: Sergio Gaetano Cofferati (A8-0158/2015)*

Reserva de estabilização do mercado para o regime de comércio de licenças de emissão de gases com efeito

de estufa da União Europeia - *Relatório: Ivo Belet (A8-0029/2015)*

Orçamento de 2016 - Mandato para o tríplice - *Relatório: José Manuel Fernandes (A8-0217/2015)*

Agenda Europeia para a Segurança - *Perguntas orais (O-000064/2015 - B8-0566/2015) (O-000065/2015 - B8-0567/2015)*

Discussão conjunta - Políticas de emprego

Orientações para as políticas de emprego dos Estados-Membros - *Relatório: Laura Agea (A8-0205/2015)*

Iniciativa Emprego Verde - *Relatório: Jean Lambert (A8-0204/2015)*

Discussão conjunta - Financiamento para o Desenvolvimento

Conferência Internacional das Nações Unidas sobre Financiamento para o Desenvolvimento (13-16 de julho de 2015) - *Declarações do Conselho e da Comissão*

A elisão e a evasão fiscais como desafios nos países em desenvolvimento - *Relatório: Elly Schlein (A8-0184/2015)*

► Quarta-feira, 08 de Julho

08:30 - 12:50 DEBATES PRIORITÁRIOS

Programa de atividades da Presidência luxemburguesa - *Declarações do Conselho e da Comissão*

Conclusões do Conselho Europeu (25-26 de junho de 2015) e da Cimeira do Euro (7 de julho de 2015) e a situação atual na Grécia - *Declarações do Conselho Europeu e da Comissão*

13:00 - 14:30 VOTAÇÃO

Negociações da Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP) - *Relatório: Bernd Lange (A8-0175/2015)*

Acordo de Estabilização e de Associação com a antiga República jugoslava da Macedónia (protocolo a fim de ter em conta a adesão da Croácia) - *Recomendação: Ivo Vajgl (A8-0188/2015)*

Acordo de Estabilização e de Associação com a Sérvia (protocolo a fim de ter em conta a adesão da Croácia)

- *Recomendação: David McAllister (A8-0189/2015) 8*

Acordo de cooperação científica e tecnológica com a Índia: renovação do acordo - *Recomendação: Jerzy Buzek (A8-0179/2015)*

Cooperação Científica e Tecnológica com as Ilhas Faroé: Horizonte 2020 - *Recomendação: Jerzy Buzek (A8-0180/2015)*

Envolvimento dos acionistas a longo prazo e declaração sobre o governo das sociedades - *Relatório: Sergio Gaetano Cofferati (A8-0158/2015)*

Reserva de estabilização do mercado para o regime de comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa da União Europeia - Relatório: Ivo Belet (A8-0029/2015)
Marítimos - Relatório: Elisabeth Morin-Chartier (A8-0127/2015)
Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica com a Suíça: Horizonte 2020 e atividades do ITER - Recomendação: Jerzy Buzek (A8-0181/2015)
Orientações para as políticas de emprego dos Estados-Membros - Relatório: Laura Agea (A8-0205/2015)
Mobilização do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização (candidatura EGF/2015/001 FI/Broadcom, Finlândia) - Relatório: Petri Sarvamaa (A8-0210/2015)
Orçamento de 2016 - Mandato para o tríplice - Relatório: José Manuel Fernandes (A8-0217/2015)
Iniciativa Emprego Verde - Relatório: Jean Lambert (A8-0204/2015)
A elisão e a evasão fiscais como desafios nos países em desenvolvimento - Relatório: Elly Schlein (A8-0184/2015) .

15:00 - 23:00

Os recentes ataques terroristas - *Declarações do Conselho e da Comissão*
Apoio da UE à Tunísia - *Declaração da Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança*
Futuro das relações EU-Cuba - *Declaração da Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança*
A situação no Líbano - *Declaração da Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança*
Relatório Anual relativo aos direitos humanos no mundo em 2014 - *Declaração da Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança*
Papel da UE no processo de paz para o Médio Oriente - *Declaração da Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança*
Os desafios da segurança na região do Médio Oriente e do Norte de África e as perspetivas de estabilidade política - *Relatório: Vincent Peillon (A8-0193/2015)*
Revisão da Política Europeia de Vizinhança - *Relatório: Eduard Kukan (A8-0194/2015)*

► Quinta-feira, 09 de Julho

08:30 - 11:50

Comemoração de Srebrenica - *Declaração da Comissão*
Níveis máximos tolerados de contaminação radioativa na sequência de um acidente nuclear - *Relatório: Esther Herranz García (A8-0176/2015)*
Harmonização de certos aspetos do direito de autor e dos direitos conexos - *Relatório: Julia Reda (A8-0209/2015)*
Breve apresentação do seguinte relatório:
A nova abordagem da UE relativamente aos direitos humanos e à democracia - avaliação das atividades do Fundo Europeu para a Democracia (FED) desde a sua criação - *Relatório: Andrzej Grzyb (A8-0177/2015)*

12:00 - 14:00 VOTAÇÃO

P Eficiência na utilização dos recursos: transição para uma economia circular - *Relatório: Sirpa Pietikäinen (A8-0215/2015)*
Níveis máximos tolerados de contaminação radioativa na sequência de um acidente nuclear - *Relatório: Esther Herranz García (A8-0176/2015)*
A criação de uma União dos Mercados de Capitais - *Proposta de resolução*
Agenda Europeia para a Segurança - *Propostas de resolução*
Preparação do programa de trabalho da Comissão para 2016 - *Propostas de resolução*
A situação no Líbano - *Propostas de resolução*
Os desafios da segurança na região do Médio Oriente e do Norte de África e as perspetivas de estabilidade política - *Relatório: Vincent Peillon (A8-0193/2015)*

Revisão da Política Europeia de Vizinhança - *Relatório: Eduard Kukan (A8-0194/2015)*
Harmonização de certos aspetos do direito de autor e dos direitos conexos - *Relatório: Julia Reda (A8-0209/2015)*
A nova abordagem da UE relativamente aos direitos humanos e à democracia - avaliação das atividades do Fundo Europeu para a Democracia (FED) desde a sua criação - *Relatório: Andrzej Grzyb (A8-0177/2015)*
Situação no Burundi - *Propostas de resolução*
Comemoração de Srebrenica - *Propostas de resolução*

15:00 - 16:00

Debates sobre casos de violação dos direitos humanos, da democracia e do primado do direito (artigo 135.º do Regimento)

Os projetos de lei do Camboja sobre ONG e sindicatos

A República Democrática do Congo (RDC), em particular o caso de dois ativistas dos direitos humanos detidos, Yves Makwambala e Fred Bauma

Barém, em particular o caso de Nabeel Rajab

A situação de dois pastores cristãos no Sudão

16:00 - 17:00 VOTAÇÃO

Propostas de resolução relativas ao debate sobre casos de violação dos direitos humanos, da democracia e do primado do direito (artigo 135.º do Regimento)